



Anais da Assembléia

N.61

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 49.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1986.
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Ferrari Júnior.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Hemmas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Tuguio Setogutte (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezzi, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Airton Cordeiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Werner Wanderer e Wilson Fortes (26).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. 87/86, do Senhor Professor JOSÉ SORRILHA BALADELI - Diretor da Escola Professora Marta Gomes Machado da Silva,

de Iporã - Paraná, comunicando sua contrariedade à Resolução n. 96/86, da Secretaria de Estado da Educação, que autoriza a Escola Dr. Antenor Pâmphilo dos Santos - Ensino de 1.^o Grau, da mesma cidade, a funcionar de 1.^a a 8.^a séries, sendo de 5.^a a 8.^a séries de implantação gradativa, enumerando uma série de motivos que justificam o seu posicionamento contrário, dizendo da falta de real necessidade da mencionada Resolução, salientando ainda ser desnecessário investir quantias volumosas de cruzados, e com isso também, gerar decadência da Escola Professora Marta Gomes Machado da Silva, pois, a mesma já tem da 5.^a a 8.^a séries e possui uma estrutura muito grande e bem aparelhada, constando atualmente salas no período vespertino e noturno. Ao conhecimento da Casa.

Mensagem:

MENSAGEM N. 73/86

Curitiba, 12 de junho de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei n. 7051, de 4 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado - CRE, órgão de regime especial subordinado à Secretaria de Estado das Finanças, ao qual competem os encargos relacionados com a coordenação, a programação e o exercício da tributação, da arrecadação e da fiscalização dos tributos estaduais e delegados.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que a pretendida alteração à referida Lei n. 7051/78, no que respeita ao sistema da concessão do prêmio de produtividade, virá a ensejar um reajuste das respectivas quotas, com isso estimulando a eficiência dos Agentes Fiscais, e, conseqüentemente elevando-se os níveis da arrecadação tributária do Estado.

Ademais, convém ressaltar que o anexo anteprojeto de lei consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado das Finanças e da Administração e, na medida do possível, atenderá reivindicações dos funcionários da Coordenação da Receita do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Ex-

celência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 132/86

Art. 1.º - Os artigos 95 e 96 da Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95 - O prêmio de produtividade não poderá ultrapassar o valor correspondente ao de 200 (duzentas) quotas.

Art. 96 - O prêmio de produtividade é constituído de quotas, e cada uma corresponderá a 0,02 (dois centésimos) do valor do respectivo vencimento do cargo efetivo, ou do valor do vencimento que estiver sendo percebido em razão do exercício de cargo em comissão, da estrutura da CRE, acrescido, em ambos os casos, da gratificação de 2/3 do "quantum" do vencimento, prevista no inciso III do artigo 89".

Art. 2.º - Os funcionários aposentados do quadro da Coordenação da Receita do Estado terão o prêmio de produtividade recalculado com base nos artigos 95 e 96, respeitando-se a proporcionalidade das quotas, assegurada na ocasião da aposentadoria.

Art. 3.º - Fica revogado o artigo 116, da Lei n. 7.051/78.

Art. 4.º - As normas regulamentares da concessão do prêmio de produtividade, de que trata o artigo 91, da Lei n. 7.051/78, serão baixadas através de decreto.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Líder da Bancada do PMDB nesta Assembléia, REQUER, sejam procedidas às seguintes modificações entre os Membros das Comissões Técnicas Permanentes:

COMISSÃO DE AGRICULTURA

SAI: Hermas Brandão

ENTRA: Paulo Furiatti

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

SAI: Odeni Mongruel

ENTRA: Paulo Furiatti

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

SAI: Paulo Furiatti

ENTRA: Odeni Mongruel

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA
Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, regime de urgência, para o Projeto de Lei n. 99/86, objetivando alterar a redação do art. 40, da Lei Complementar n. 14, de 26/05/82, modificada pela Lei Complementar n. 19, de 29/12/83. (Altera critérios de promoção da Polícia Civil - por antigüidade e merecimento).

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na votação para o requerimento de autoria do Senhor Deputado ACIR MEZZADRI, sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário seja enviado voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Gonçalves Neto à Câmara Municipal de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Gonçalves Neto foi um dos pioneiros da próspera cidade de Barbosa Ferraz. Durante toda sua vida, contribuiu com o seu trabalho e o seu esforço para o progresso e engrandecimento daquela cidade.

O Senhor José Gonçalves Neto foi um exemplo de honradez e dignidade. Seu filho, Sebastião Gonçalves, seguindo o mesmo caminho de amor e trabalho para com a cidade de Barbosa Ferraz, é vereador daquela próspera localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor VALDOLINO VIEIRA, ocorrido no dia 07 do mês em curso, em nossa Cidade.

O passamento do Senhor Valdolino Vieira enlutou não apenas e tão somente sua esposa, filhos e parentes, mas entristeceu também a nossa sociedade. Ao longo de sua existência o Senhor Valdolino Vieira pautou-se sempre pelo trabalho, desempenhando-o com honestidade e caráter.

Neste momento de dor, não poderia, Senhor Presidente, deixar de solicitar a inclusão nos Anais deste Poder Legislativo

de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Valdolino Vieira, ficando na lembrança seus exemplos de dignidade, de fé cristã, de trabalho e dedicação.

Requer, ainda, que da manifestação do Poder Legislativo, seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa de seu filho o Doutor Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira à Rua Ébano Pereira, 50, ap. 805, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao jornal "O COMÉRCIO" pela passagem do seu quinquagésimo quinto aniversário de fundação.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência a direção do referido jornal.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O jornal "O COMÉRCIO", fundado em 11 de junho de 1931, pelo saudoso jornalista Hermínio Milis, tornou-se leitura obrigatória para toda a população das cidades gêmeas do Iguaçu, bem como para milhares de paranaenses e catarinenses de toda a região.

Respaldado por uma extraordinária credibilidade na opinião pública, o Jornal "O COMÉRCIO", merece e deve receber este registro, com a homenagem aos diretores, jornalistas e demais funcionários que, juntos têm construído a grandeza daquele jornal no dia a dia, relevantes serviços à comunidade de um modo geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações à Rádio Londrina.

Tendo como diretores os irmãos Pedro Dal Col Netto e João Carlos Dal Col, a emissora é pioneira do interior do Estado, tendo sido instalada em 15 de novembro de 1943.

A Rádio Londrina é a estação de rádio de maior alcance no Norte do Paraná, gozando do mais alto respeito e credibilidade junto à opinião pública.

É um veículo de comunicação sério, que tem prestado relevantes serviços à comunidade de mais de 50 municípios do interior

do Estado que têm o privilégio de sintonizar o prefixo.

A Assembléia Legislativa como a verdadeira casa do povo, tem o sagrado dever de registrar para os anais da história seu louvor, reconhecimento e aplauso à essa poderosa emissora.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada à diretoria da Rádio Londrina, na praça Getúlio Vargas, em Londrina, com votos ardorosos de êxito permanente em suas nobres e honradas atividades.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, CONSIDERANDO que a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, colocou em licitação a obra do desvio do Rio da Usina Hidrelétrica de Segredo, tendo concorrido quatro Consórcios: Camargo Correa - Ivaí, Mendes Júnior - Tibagi, CBPO - DM - Taba e C.R. Almeida - Cesbe - J. Malucelli e que a Comissão de Análise e Julgamento designada pela COPEL, classificou os Consórcios na seguinte ordem:

CBPO - DM - Taba

Camargo Corrêa - Ivaí

Mendes Júnior - Tibagi; e

C.R. Almeida - Cesbe - J. Malucelli

e que, no último, entendendo que a classificação fora feita contra as especificações do edital, impetrou, junto ao Juízo Federal da 6.^a Vara da Seção Judiciária do Estado do Paraná, Mandado de Segurança, cuja liminar foi concedido e paralizou o processo licitativo da Copel.

CONSIDERANDO que a liminar determina a classificação do Consórcio C.R. Almeida - Cesbe - J. Malucelli, composto por empresas paranaenses, em primeiro lugar, e que há, pois uma decisão judicial resolvendo a discussão à cerca da classificação administrativa feita pela Copel.

CONSIDERANDO que a continuação dessa disputa judicial não interessa ao Paraná e ao Brasil, e que, a natural demora da decisão definitiva, com o pronunciamento final do Judiciário, significará retardamento na implantação da Usina Hidrelétrica de Segredo da importância fundamental para o Estado e para a Nação e, considerando ainda, que a Copel reconheceu em suas informações que qualquer dos Consórcios está em condições de executar a obra,

REQUER,

ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, veemente apelo no sentido de que seja determinado Companhia Paranaense de

Energia - COPEL para que efetive a contratação do Consórcio C.R. Almeida - Cesbe - J. Malucelli, cumprindo, desta forma, decisão judicial já proferida e pondo um paradeiro a um processo cuja continuidade apenas virá a prejudicar tanto o Estado como a Nação.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI

Apoiamento: Francisco Escorsin, Hermas Brandão, Quielse Crisóstomo, Erondy Silvério, Osvaldo Alencar Furtado, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Augusto Carneiro, Fuad Nacli, Donato Gulin, Ferrari Júnior, Antônio Belinati, Nelson Buffara, Eduardo Baggio, Edilson Alencar, Paulo Furiatti, Ervin Bonkoski, Gernote Kirinus, Tadeu França, Orlando Pessuti, Adhail Sprenger Passos, Péricles Pacheco, Airton Cordeiro, José Antônio Fonseca, Jorge Maia Filho, Tadeu Lúcio Machado, Basílio Zanusso, Sabino Campos, Djalma de Almeida César, Nelson Vasconcellos, Edgard Pimentel, Tuguio Setogutte, Luiz Alberto Oliveira, Tércio Albuquerque, Antônio Annibelli, Ivan Gubert, Amélia Hruschka, Ezequias Losso, Anibal Khury, Artagão Mattos Leão e Gabriel Manoel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, expediente solicitando as seguintes informações:

1 - Durante os meses de maio e junho de 1986 a sub-chefe do cerimonial esteve em viagens pelo exterior? Em caso afirmativo, quais os dias e destino das mesmas, bem como qual a finalidade destas viagens?

2 - Quando em viagem para fora do País, a sub-chefe do cerimonial, se desloca com diárias do Governo do Estado, ou arbitra um determinado valor para despesas? Em caso de arbitrar valor, especificar em cruzados o quantum por dia custam as viagens, bem como o montante em dólares.

3 - Em caso de viagem, para fora do País a sub-chefe do cerimonial pede autorização para ausentar-se? Em caso afirmativo anexar, se porventura a sub-chefe do cerimonial houver realizado alguma viagem durante os meses de maio e junho de 1986, cópias dos pedidos de afastamento.

4 - Se durante os meses de maio de junho de 1986 a sub-chefe do cerimonial houver saído em viagens para o exterior em missão oficial, anexar cópias, se houver, de convites, bem como relatórios e resultados das viagens.

5 - Anexar cópia das atribuições da sub-chefe do cerimonial quando em viagens para o exterior.

6 - Se durante os meses de maio e junho de 1986 a sub-chefe do cerimonial houver viajado em missão oficial, relacionar a comitiva que a acompanhou bem como as despesas da comitiva, se houverem servidores públicos quais os órgãos que os mesmos são lotados e os motivos da viagem.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado expediente desta Casa às autoridades abaixo nominadas, expressando o apoio da Assembleia à preservação das Polícias Militares como organizações responsáveis pela manutenção da ordem pública, através do policiamento ostensivo fardado, nos termos da legislação em vigor.

Autoridades nominadas: Presidente José Sarney; Presidente do Senado Federal, Senador José Fragelli; Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Ulysses Guimarães; Ministro da Justiça, Doutor Paulo Brossard de Souza Pinto; Senhores Líderes de Bancadas Partidárias no Senado e Câmara; Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Professor Afonso Arinos (Ministério da Justiça); Senhores Senadores e Deputados Federais do Paraná.

A fundamentação do requerimento, apresentada a seguir justifica a nosso ver, a proposição feita.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

1. A aprovação, na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, de moção no sentido de revisão da sistemática instituída pela ordem constitucional vigente, do estatuto das Polícias Militares, restringindo o papel e atividade dessas organizações de segurança pública, ao prover a unificação das forças policiais, veio trazer inquietação às autoridades e lideranças da sociedade. No Paraná manifestou-se expressamente contra a pretendida alteração o Senhor Prefeito Municipal de União da Vitória, Bacharel Alcides Fernandes Luiz, que em ofício a este parlamentar afirmou: discordamos desta medida, pois certamente será antipática a toda a população, uma vez que a tornaria desprotegida pela gloriosa Polícia Militar. E mais: "A nossa reivindicação, em nome da população deste Município, é a de que tal medida não encontre o apoio de Vossa Excelência e sim, seja mantida a valorosa Polícia Militar ao lado do povo, trabalhador e ordeiro, de-

fendendo-o sempre com honra e brilhantismo".

2. A definição do papel das Polícias Militares atualmente, consta do art. 13, parágrafo 4.º da Constituição Federal, que disciplina: "As Polícias Militares, instituídas para a manutenção da ordem pública, nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército..."

Na Constituição do Paraná, art. 55, temos o seguinte texto: "A Polícia Militar do Estado, como força auxiliar do Exército, terá a organização e competência que forem previstos na lei federal, e é integrada pelo Corpo de Bombeiros e pelo Corpo Policiamento Rodoviário.

A Legislação Federal ordinária e a Estadual, correspondente regulam as funções de Segurança Pública mediante a fixação de duas grandes linhas: a manutenção da ordem pública, mediante o policiamento ostensivo fardado é privativa da Polícia Militar, enquanto cabe à Polícia Civil a prevenção, repressão e apuração das infrações penais.

3. As alterações recomendadas pela Comissão de Estudos Constitucionais - Comissão Afonso Arinos - são no sentido de restringir o papel das Polícias Militares, mediante a unificação dos organismos policiais e sua padronização, confiando o policiamento de rua às organizações policiais civis assim formadas. Diversas autoridades já se manifestaram contrariamente a essa disposição, por seu irrealismo evidente. Com efeito, missões de escala na manutenção da ordem pública só podem ser feitas por um corpo policial regido por padrões de hierarquia e disciplina típicos da organização militar.

4. Com razão se preocupam as autoridades municipais, como o Senhor Prefeito de União da Vitória, com a pretendida fusão da Polícia Militar com as demais forças de segurança porque sabe Sua Excelência serem insuficientes e irrealistas os meios alternativos à disposição do Estado para a manutenção da ordem pública numa fase de de conturbações decretadas pela transição política e econômica como o Brasil enfrenta. E que o policiamento só se torna efetivo, em nosso meio, pela ação de servidores fardados e treinados, dentro de um regime de hierarquia e disciplina constante.

5. Donde fundamentado o pleito dirigido às autoridades federais - e externado à opinião pública - no sentido de manutenção da Polícia Militar como instituição de segurança pública encarregada do policiamento ostensivo fardado em todo o território do Paraná.

6. Por fim, cumpre afirmar que ambas as forças policiais, civil e militar, exercem missões distintas e relevantes. Ao Estado

cabe mantê-las bem treinadas, como integrantes motivados e adequadamente remunerados para fazer reverter o clamor por segurança do cidadão, que parte de todos os pontos do País para chegar até o Senhor Presidente da República.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado ofício ao dr. Walter Pecoits, DD, Secretário de Estado da Reforma Agrária, solicitando empenho na solução dos sérios conflitos que vêm ocorrendo na Fazenda São Jorge, antiga Fazenda IUÓ, no Município de São Jerônimo da Serra.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A fazenda São Jorge é indevidamente explorada pelo grileiro Antônio C. Perusso Veiga, onde 130 famílias são obrigadas a pagar Cz\$ 1.000,00 por alqueire, por ano, ao mesmo.

Quando existe frustração de safra, os trabalhadores são enxotados da fazenda, sendo ameaçados pelo delegado de polícia e por soldados.

As referidas famílias não contam com nenhum tipo de proteção das autoridades, pois o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais é manipulado pelo advogado do grileiro, Doutor João Luiz Perusso, primo do mesmo.

O assunto foi levantado na Câmara Municipal de Londrina, pelos vereadores Clóvis de Pinho e Manuel Machado, apoiados por unanimidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Fernando Miranda, DD, Secretário de Estado da Indústria e Comércio, solicitando a adoção de medidas que assegurem às empresas com mais de 100 (cem) empregados o cumprimento da legislação vigente que as obriga a manterem creches para os filhos dos funcionários.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial desta Casa aos Excelentíssimos Se-

nhores Ministros de Estado do Planejamento Doutor JOÃO SAIAD e das Comunicações Doutor ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, pedindo o fim do depósito compulsório dos lucros da Telepar para Telebrás - Seplan e aplicação destes recursos na expansão do sistema telefônico do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1986.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a crise existente no sistema telefônico do Estado do Paraná, que vem se arrastando há alguns anos com uma demanda reprimida de dezenas de milhares de linhas, o que se coloca como obstáculo no desenvolvimento econômico do Estado do Paraná.

Tendo em vista que o depósito compulsório tem por finalidade combater o déficit público, entendemos que o fato de a Telepar ser uma empresa superavitária, os recursos oriundos de seus lucros deveriam ser utilizados na necessária expansão do sistema telefônico do Paraná, o que não necessitaria de recursos federais, portanto não contribuido para o aumento do déficit público.

Entendemos ainda que, a existência do depósito compulsório é extremamente injusto, sendo o Paraná um dos Estados que mais contribui para a economia do País e o retorno dos recursos Federais não nos contemplam na mesma proporção. Portanto não nos parece coerente a manutenção do depósito compulsório e solicitamos a imediata destinação destes recursos para atender a defasagem dos investimentos na expansão da rede telefônica do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial desta Casa ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças Doutor GEROLDO AUGUSTO HAUSER, solicitando a implantação de uma agência do Banco do Estado do Paraná no Distrito de Ivaté, Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 12/06/86.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o Distrito de Ivaté, Município de Umuarama ter uma importância elevada na economia da região noroeste do Estado do Paraná, sendo um dos destaques na produção cafeeira desta importante região produtora, possuir o maior rebanho bovino do Município de Umuarama e possuir um expressivo comércio local, entendemos como imprescindível a imediata instalação de uma agência do Banco do Es-

tao do Paraná S/A.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 133/86
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a SER-Sociedade Espírita Renovação, situada na Alameda Presidente Taunay n. 1380, em Curitiba, Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/06/86

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Paraná e, está devidamente registrada sob n. 4561 do livro A n. 3 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba.

Foi fundada em 30 de setembro de 1984, tendo como finalidade o estudo e difusão da Doutrina Espírita e a prática da caridade, com atendimento na área de assistência social, sem fins lucrativos.

Pelo exposto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando a final a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) -
Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto o Líder do PMDB se fará o uso do seu horário. (Declina).

Consulto o Líder do PDS se fará o uso do seu horário. (Declina).

Consulto o Líder do PFL se fará o uso do seu horário. (Declina).

Consulto o Líder do PDT se fará o uso do seu horário. (Declina).

Consulto o Líder do PTB se fará o uso do seu horário. (Pausa).

Ausente consulto o Líder do PL se fará o uso do seu horário. (Pausa).

Ausente, consulto o Líder do PCB se fará o uso do seu horário. (Ausente).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos) -
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 32 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados como Membros das Comissões Técnicas

Permanentes.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Mensagem n. 73/86, do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei n. 7051, de 4 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização do CRE, órgão de regime especial, subordinado à Secretaria das Finanças.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal para ver se há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos) - A Mesa defere e solicita ao 1.º Secretário que faça a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Hermas Brandão) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Eu retiro o pedido de chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - A Mesa defere e solicita ao 1.º Secretário que faça a leitura da Mensagem.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Hermas Brandão) - (Lê a Mensagem n. 73/86).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - (Após a leitura). - Encaminhe-se ao Departamento Legislativo para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento do Sr. Deputado Hermas Brandão, acima aprovado:

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, com apoio de 36 Srs. Deputados, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encaminhando que a COPEL, efetive a contratação do Consórcio C. R. Almeida - Cesbe - J. Malucelli, cumprindo desta forma, decisão judicial, já proferida.- Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme Avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 15/86 (Mensagem n. 04/86, ex-Proposição n. 25/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos de revigoração celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e datas que especifica.

Em votação.

O SR. FUAD NACLI - Pela ordem. Estava esperando colocar em votação, mas pediria a chamada nominal dos Srs. Deputados presentes para constatação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Em votação o Projeto de Resolução n. 15/86. Aprovado.

O SR. FUAD NACLI - Solicito a verificação de votação.

O SR. IVAN GUBERT - Solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em Atendendo à Liderança do PFL, esta Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela ordem). Eu queria que Vossa Excelência dissesse apenas se o Deputado Dirceu Manfrinato encontra-se presente, porque nós fomos chamados de Deputados "fantasma" e então, fantasma se encontra no cemitério.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - O Deputado Dirceu Manfrinato está ausente.

O SR. GABRIEL MANOEL - Encantado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Dezoito Deputados responderam a chamada.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, às 10:00 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 15 e 16/86.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 100 e 111/86.

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n. 50/86.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 92/86 e do Projeto de Resolução n. 25/86.

Levanta-se a sessão.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1.986

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Hermas Brandão e Nestor Baptista.

Às dez horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Péricles Pacheco, Sérgio Spada e Tuguio Setogutte (31), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 18/86, que objetiva o Poder Executivo a doar ao Município de CRUZEIRO DO SUL, as datas de terras n. 1 e 2, da Quadra n. 09, situados na sede do referido município e registrados sob os n. R.002/2.342 e 002/2.344, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaity. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 06/86, de 04/03/86, Mensagem n. 21/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 19/86, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Padre JOSEF CHRISTIANWIL BOSMANS, atual vigário do Município de Pranchita. - (Public. no D.A. n. 07, de 05/03/86). - **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

16 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma ordinária para segunda-feira, dia 16, às 10:00 horas, com a

ORDEM DO DIA

já anunciada, e mais:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 19/86.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 25, 27 e 38/86.

Levanta-se a Sessão.